OS ACORDOS DE ABRAÃO:

IMPLICAÇÕES REGIONAIS E INTERNACIONAIS

AUTORA

BÁRBARA THAÍS PINHEIRO SILVA

Mestranda no Programa da Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC MINAS. Membro pesquisador do GEOMM (Grupo de Estudos do Oriente Médio e Magreb).
Email.: btpsilva07@pucminas.br

AUTOR

DAVID NEDER ISSA FORTUNA

Mestrando no Programa da Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC MINAS. Membro pesquisador do GEOMM (Grupo de Estudos do Oriente Médio e Magreb).
Email.: issa.neder@outlook.com

Data de recebimento: 13/05/2021

Data de publicação: 12/07/2021

@GEOMM_BR / @ GEOMMBR / @GEOMM

WWW.GEOMM.COM.BR

GEOMM

OS ACORDOS DE ABRAÃO:
IMPLICAÇÕES REGIONAIS E INTERNACIONAIS

Bárbara Thaís Pinheiro Silva[1]
David Neder Issa Fortuna[2]

1 INTRODUÇÃO

No dia 15 de setembro de 2020, foram assinados acordos de paz conjuntos entre o Estado de Israel, os Emirados Árabes Unidos (EAU), o Bahrein e os Estados Unidos da América (EUA) que ficaram conhecidos como "Declaração dos Acordos de Abraão", ou apenas Acordo de Paz de Abraão – assim intitulados em referência ao patriarca dos judeus, dos cristãos e dos muçulmanos.

Tais acordos dizem respeito a uma normalização das relações diplomáticas entre os EAU e o Estado de Israel, bem como entre Israel e Bahrein, portanto, não se trata de um acordo de paz propriamente dito, visto que este são destinados a pôr fim a determinado conflito armado.

Os EAU foram o primeiro Estado do Golfo Pérsico a normalizar as relações com Israel e o terceiro Estado árabe, depois do Egito, em 1979, e da Jordânia, em 1994. Além disso, ressalta-se que a República do Sudão e o Reino do Marrocos também se uniram em torno dos esforços para a normalização de relações com os israelenses (SINGER, 2021). Nesse sentido, os acordos simbolizam uma grande mudança na geopolítica do Oriente Médio.

Os entendimentos entre as partes consistem, afinal de contas, em um consenso alcançado na esfera política e que conclama as partes a prezarem pela paz e pela cooperação no âmbito do Oriente Médio (SINGER, 2021). Tais acordos são compostos por uma gama de documentos, a saber: *Tratado de Paz dos Acordos de Abraão: Tratado de Paz, Relações Diplomáticas e Normalização Completa* (SINGER, 2021. p. 1, tradução nossa)[3], assinado entre Israel e os Emirados Árabes Unidos (EAU); *Acordos de Abraão: Declaração de Paz, Cooperação e Relações Diplomáticas Construtivas e Amistosas* (SINGER, 2021.

---

[1] Mestranda no Programa da Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC MINAS. Membro pesquisador do GEOMM (Grupo de Estudos do Oriente Médio e Magreb). Email: btpsilva07@gmail.com
[2] Mestrando no Programa da Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC MINAS. Membro pesquisador do GEOMM (Grupo de Estudos do Oriente Médio e Magreb). Email.: issa.neder@outlook.com
[3] Abraham Accords Peace Agreement: Treaty of Peace, Diplomatic Relations and Full Normalization.

p. 1, tradução nossa)[4], e *Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Amistosas, Pacíficas e Diplomáticas* (SINGER, 2021. p. 1, tradução nossa)[5] ambos assinados entre Israel e Bahrein.

Apesar da nomenclatura usada para intitular os documentos supracitados, é preciso ter em mente que as partes envolvidas nunca estiveram em guerra entre si e que Israel, por sua vez, também nunca considerou tais Estados, em termos legais, como sendo inimigos (SINGER, 2021). No entanto, como em qualquer tipo de tratativa, os Estados signatários dos supracitados acordos esperavam obter vantagens políticas em suas esferas domésticas.

2 INTERESSES POLÍTICOS ENVOLVIDOS

Um dos fatores que motivaram Netanyahu quanto a assinatura dos acordos foi a possibilidade de aumentar a sua popularidade, a fim de maximizar as suas chances de reeleição, bem como tentar abafar os escândalos de corrupção que assolaram o seu governo. Além disso, os acordos expandem globalmente a sua imagem política nos quatro continentes, e aumentam o seu apoio diplomático (REHAMN, 2020).

Em relação aos Estados Unidos da América, o fato de Donald Trump ser o mediador dos referidos acordos o fez ser aclamado como um possível nome a ser indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz, sobretudo ao tentar desarmar a questão da anexação dos territórios palestinos por parte de Israel. Ademais, esperava-se que os Acordos dessem uma vitória política antecipada das eleições, mas, na prática, os Acordos não o levaram a lugar nenhum (REHAMN, 2020).

> Patrocinados diplomaticamente pela administração do presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, semanas antes da eleição presidencial dos Estados Unidos, em 2020, eles foram saudados por Trump como "o amanhecer de um novo Oriente Médio". Os acordos parecem ser um produto conjunto do desejo de Trump por uma vitória na política externa para alimentar a sua campanha de reeleição; da necessidade do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu de uma desculpa para atrasar a anexação de partes da Cisjordânia, devido a objeções domésticas e internacionais; e do desejo dos Emirados Árabes Unidos de perseguir os seus próprios interesses estratégicos sem se opor de forma abjeta aos palestinos. Em qualquer caso, o negócio pareceu minar a suposição generalizada de que a rede de vínculos cada vez mais evidente do Golfo com Israel não seria intensificada ou

[4] Abraham Accords: Declaration of Peace, Cooperation, and Constructive Diplomatic and Friendly Relations.
[5] Joint Communique on the Establishment of Diplomatic, Peaceful and Friendly Relations.

> formalizada devido à sensibilidade popular da questão palestina (THE ABRAHAM ACCORDS, 2020, tradução nossa).[6]

Nesse sentido, na condição de anfitrião, testemunha e patrocinador das tratativas, o governo dos EUA fez uma série de promessas de concessões às partes árabes envolvidas. Aos EAU, Trump tornou público o desejo de vender cinquenta caças F-35 e dezoito drones militares modernos, negócio esse que totaliza o montante de US$ 23 bilhões. Em relação ao Bahrein, não houve qualquer tipo de venda ou de transferência de tecnologia, por exemplo, mas sim, e somente, a classificação do Saraya al-Mokhtar, um grupo de resistência islâmica bahreini, como um grupo terrorista. O Sudão, a seu turno, foi retirado da Lista de Estados Patrocinadores do Terrorismo, criada pelo Departamento de Estado dos EUA, e com isso sanções, como a econômica, por exemplo, foram levantadas. Por fim, os EUA reconheceram a soberania do Reino do Marrocos sobre o Saara Ocidental (SINGER, 2020, p. 3).

Além do mais, os acordos reconhecem a soberania de cada Estado envolvido, concordam com a abertura recíproca de embaixadas e também promovem o apoio em vários setores: de comércio, de investimento, de turismo e de colaboração tecnológica. Outrossim, a partir desses Acordos, os Estados Unidos da América, Israel e os Emirados Árabes Unidos estabeleceram um programa de US$ 3 bilhões que serão destinados ao setor privado, a fim de promover a cooperação econômica na região a partir da expansão do comércio regional, projetos de infraestrutura, aumento da segurança energética, expansão da produtividade agrícola, dentre outros (ARABIAN BUSSINES, 2021).

Além desses ganhos, uma aliança estratégica contra o Irã é um motivador importante, já que os Estados signatários dos acordos consideram o governo do Irã como a principal ameaça à estabilidade da região. Nas palavras de Mike Pompeo, ex-secretário de Estado dos EUA, os acordos "dizem a atores malignos, como a República Islâmica do Irã, que sua influência na região está

---

[6] Diplomatically sponsored by US President Donald Trump's administration weeks before the United States' 2020 presidential election, they were hailed by Trump as 'the dawn of a new Middle East'. The accords appear to be a joint product of Trump's desire for a foreign-policy victory to fuel his re-election campaign; Israeli Prime Minister Benjamin Netanyahu's need for an excuse to delay annexation of parts of the West Bank owing to domestic and international objections; and the UAE's wish to pursue its own strategic interests without appearing to abjectly sell out the Palestinians.

diminuindo e que eles estão cada vez mais isolados e permanecerão para sempre até que mudem de direção." (THE TIMES OF ISRAEL, 2021, tradução nossa).[7]

3 IRÃ: O FIO CONDUTOR DO ACORDO DE ABRAÃO

Desde 2011, não há dúvidas de que Israel e os Emirados Árabes Unidos (EAU) estão de acordo quanto a ameaça que o Irã apresenta para região, sobretudo diante do fato de que o governo iraniano se manifestou publicamente como inimigo de Israel. Diante disso, sendo a única força nuclear da região, Israel é uma peça indispensável na balança de poder do tabuleiro geopolítico, razão pela qual se sustenta o interesse dos EAU, bem como da Arábia Saudita. Ademais, a República Islâmica é um desafio ímpar para os países do Golfo, gerando certa volatilidade regional e insegurança. Isso ocorre porque o Irã busca expandir o seu poder, principalmente através do Hezbollah, na tentativa de assumir o Bahrein, sendo este um dos motivos pelos quais o país assinou o acordo com Israel (REHAMN, 2020).

No entanto, na visão do Dr. Allison Courtois (2021), os Acordos de Abraão não alteram a visão do Irã sobre o ambiente regional. Isso ocorre porque essa nação ainda considera os Estados do Golfo como defensores ilegítimos e pobres da fé. Além disso, o governo iraniano estava ciente das cooperações secretas que envolviam o serviço de inteligência entre Israel e os Emirados Árabes Unidos. Portanto, a formalização de um acordo entre Israel e EAU não é visto como uma novidade (COURTOIS, 2021).

Quanto ao posicionamento da Arábia Saudita, esse país também considera o Irã, xiita, como uma ameaça, e, embora esse país não tenha formalizado relações com Israel, ela mantém laços com o governo israelense. Nesse sentido, a oposição à Teerã está promovendo uma reconfiguração das alianças na região, bem como possibilitando um realinhamento estratégico das potências do Oriente Médio (GLOBAL AFFAIRS, 2021).

Além disso, os acordos refletem a oposição aos grupos extremistas islâmicos sunitas, que representam uma ameaça para todas as partes envolvidas. Todos os Estados recém-alinhados se opõem ao apoio da Turquia à Irmandade

[7] These agreements also tell malign actors like the Islamic Republic of Iran that their influence in the region is waning and that they are ever more isolated in this and shall forever be until they change their Direction.

Muçulmana e seus representantes nos conflitos regionais em Gaza, na Líbia e na Síria. Assim sendo, o receio quanto a movimentos jihadistas, como a Al-Qaeda e os derivados do ISIS, fortaleceu os interesses e as alianças dos signatários do Acordo (GLOBAL AFFAIRS, 2021).

Por fim, ressalta-se que além do Irã, a Turquia e o Catar – que são aliados – manifestaram-se contra os Acordos de Abraão. Frisa-se que o Catar mantém relações com duas das ameaças mais críticas de Israel, o Irã e o Hamas (GLOBAL AFFAIRS, 2021).

4 O FATOR RELIGIOSO

Dessa forma, percebe-se que nem todos os países que compõem as regiões do Magrebe e do Oriente Médio estão de acordo com a normalização das relações entre Israel e o próprio mundo árabe, e, consequentemente, com a posição encabeçada e sustentada pelos EAU. Essa divisão entre, por um lado, Egito, Jordânia, Omã, Bahrein, Mauritânia e Arábia Saudita, e, por outro, Turquia, Irã, Autoridade Palestina e forças islamistas, perpassa principalmente a questão religiosa.

No que tange a posição e a influência dos EAU em todo processo, é válido apontar que os próprios emiratis têm empreendido um esforço com o intuito de tornarem pública uma doutrina de cunho político e religioso que caracteriza a paz como uma variável importante da identidade nacional, e que é tida como um valor advindo do – e sustentado pelo – Islã (WINTER; GUZANZKY, 2020, p. 2). Esses esforços em prol de uma nação que zela pela liberdade religiosa, pelo pluralismo e pelo multiculturalismo (WINTER; GUZANZKY, 2020) são vistos, por exemplo, em iniciativas como a promoção do Ano da Tolerância (WINTER; GUZANZKY, 2020, p. 2, tradução nossa)[8] e a inauguração do complexo Casa da Família Abraâmica, que abrigará um santuário de cada uma das três religiões monoteístas (WINTER; GUZANZKY, 2020, p. 2, tradução nossa)[9].

A normalização das relações entre Israel, por um lado, e EAU e Bahrein, por outro, passa mais uma vez pela questão religiosa quando estas próprias partes estipulam o compromisso de concederem acesso aos sítios

[8] Year of Tolerance.
[9] [...] the Abrahamic Family House complex.

sagrados que estão localizados na cidade sagrada de Jerusalém. Em outras palavras, os documentos estabelecem que os adeptos da religião Islâmica que se dirigirem em paz àquela cidade poderão, por exemplo, entrar na Mesquita de Al Aqsa para fazerem suas orações. Mais: os Acordos estipulam que outros lugares sagrados da cidade de Jerusalém devem estar aptos para receberem pessoas de todas as religiões que queiram exercer as suas crenças de modo pacífico (HARB, 2020).

O problema, no entanto, é que essa possibilidade aventada pelos Acordos de Abraão

> viola o *status quo* estabelecido em al-Haram al-Sharif (Monte do Templo), em Jerusalém, desde 1967. Somente os muçulmanos têm permissão para orar lá. Se os judeus ganharem esse direito, não será difícil ver uma derrocada da situação que levará a destruição de lugares muçulmanos visando a reconstrução do Terceiro Templo Judeu sob suas ruínas[10] (HARB, 2020, p. 3, tradução nossa).

Ainda tratando a respeito do grupo de Estados que é favorável a normalização das relações entre Israel e os países árabes, e que tem os EAU como grande patrocinador, há um entendimento em torno do fato de que:

> o acordo com Israel é *maslaha* (literalmente: um interesse), um ato que salvaguarda um ou mais dos objetivos fundamentais da *sharia* (lei Islâmica). O uso do mecanismo de *maslaha* permite ao regime em Abu Dhabi reivindicar que as conquistas políticas do acordo com Israel também possuem valor religioso[11] (WINTER; GUZANSKY, 2020, p. 3, tradução nossa).

Os emiratis prosseguem em defesa dos Acordos de Abraão citando o Tratado de Hudaybiyyah, que foi assinado entre o profeta Maomé e os idólatras, na cidade sagrada de Meca, no ano de 628. Ao tecer um comentário acerca do documento supracitado, o Sheik Abdullah bin Bayyah, Presidente do Conselho da Fatwa, pontua que a *sharia* possui diversos exemplos de casos que dizem respeito a processos de reconciliação e pacificação (WINTER; GUZANSKY, 2020).

---

[10] violates the status quo set forth on al-Haram al-Sharif (Temple Mount) in Jerusalem since 1967. Only Muslims are allowed to pray there. If Jews gain that right, it is not hard to see a slippery slope leading to the destruction of Muslim sites in preparation for the rebuilding of the Jewish Third Temple over their ruins.

[11] […] the agreement with Israel is *maslaha* (literally: an interest), an act that safeguards one or more of the fundamental goals of the *sharia* (Islamic law). Use of the *maslaha* mechanism enables the regime in Abu Dhabi to claim that the political achievements of the agreement with Israel also have religious value

Outro esforço em prol da defesa da normalização das relações entre Israel e os árabes é feito com base em um verso corânico que afirma que "Se eles se inclinam à paz, inclina-te tu também a ela, e confia em Deus, porque Ele é o Oniouvinte, o Sapientíssimo" (Alcorão 8.61). Por fim, os acordos firmados entre Israel e os EAU especificamente, estão, segundo o Dr. Mohammed Matar Salem al-Kaabi, presidente da Autoridade Geral de Assuntos Islâmicos e Dotações dos Emirados Árabes Unidos, em conformidade com os princípios islâmicos e com o Documento da Fraternidade Humana (WINTER; GUZANSKY, 2020).

5 A CAUSA PALESTINA

Os Acordos de Abraão podem ser vistos como um produto das mudanças nas alianças regionais, dando início a uma nova era de relações e de cooperação árabe-israelense. No entanto, embora os acordos pareçam significar um resultado positivo para a região, seria um erro não levar em consideração a parte perdedora no negócio: os palestinos. Há que se ter em mente que o processo de normalização entre Israel e EAU, Bahrein e Sudão viola a Iniciativa de Paz Árabe (IPA) que, desde 2002, ano de sua fundação, tem sido a posição oficial da Liga dos Estados Árabes (LEA). Os pontos principais dessa iniciativa são a retirada das forças israelenses da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e o estabelecimento de um Estado palestino independente e soberano, e que tem Jerusalém Oriental como a sua capital (HARB, 2020).

O Hamas considerou os Acordos de Abraão uma traição à luta do seu próprio povo. Indo na mesma direção, Ahmed al-Raissouni, chefe da União Internacional de Estudiosos Muçulmanos, defendeu que o Acordo implica em se posicionar contra, principalmente, a ocupação e outros crimes perpetrados pelo Movimento Sionista nos últimos oitenta anos. A opinião pública, a seu turno, citou o artigo 12 da Constituição dos EAU para criticar a posição do governo e fundou uma associação com o objetivo de se opor aos Acordos de Abraão (WINTER; GUZANZKY, 2020).

Igualmente, o fato de que o acordo com Israel foi alcançado sem uma solução para a questão palestina pode ser um indicativo da mudança nas tendências entre as nações árabes que anteriormente eram fortemente aderentes à causa palestina. Além disso, há possibilidade de que outros Estados árabes

sigam o exemplo na futura normalização das relações com Israel. Portanto, percebe-se que no Oriente Médio de hoje, os Estados árabes, embora ainda apoiem a causa palestina, estão cada vez mais dispostos a trabalhar por várias relações com Israel (GLOBAL AFFAIRS, 2021).

As tensões entre Israel e Palestina é um dos obstáculos mais significativos no processo de paz no Oriente Médio, desde a declaração de Balfour em 1917, que defendeu a criação de um lar nacional para os judeus, que veio ser concretizado com a Resolução 181 das Nações Unidas em 1947. Entrementes, as mudanças geopolíticas ocorridas nas últimas décadas na região provocaram alterações significativas para a ordem política do Oriente Médio, fortalecendo as novas forças hegemônicas não árabes como o Irã. Sendo assim, os olhares das monarquias árabes para a causa palestina foram ofuscados à medida que passaram a compreender tal situação como mera distração das ameaças imediatas (REHAMN, 2020).

Embora a princípio imaginasse que a política adotada contra os palestinos por Netanyahu levaria ao isolamento de Israel no exterior, na prática, observa-se o fortalecimento de laços com Estados vizinhos, tornando esse instrumento um elemento vital da política externa israelense. Nesse sentido, o fator palestino na verdade tem contribuído para os Estados árabes se sentirem livres para concretizar seus interesses. Portanto, pode-se dizer que o Golfo Árabe continuam sendo o Santo Graal de Israel (REHAMN, 2020).

Destarte, essa conjuntura contribuiu para a ratificação dos Acordos de Abraão que são vistos como instrumentos diplomáticos que minam, de modo contundente, a causa palestina. Embora o Acordo preveja a suspensão das tentativas de ocupação israelense na Cisjordânia, levando a crer que os Emirados Árabes Unidos serão os protetores árabes dos palestinos, na prática observar-se-á que os EAU apreciam as recompensas associadas à colaboração militar, de inteligência e de técnica com Israel, sobretudo quando se vislumbra um inimigo em comum: o Irã. Em suma, os Acordos de Abraão fazem pouco para promover uma solução de controvérsia israelense-palestina (REHAMN, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, ressalta-se que qualquer ganho nas relações do Golfo e de Israel só será possível às custas dos palestinos, desprezando o Esforço de Paz Árabe mediado pelos sauditas e apoiado pela Liga Árabe em 2002. Ademais, este Acordo que visa promover uma certa integração regional para Israel não significa que terá apenas efeitos colaterais positivos, embora seja o caminho para o diálogo regional e para a cooperação.

Ademais, observa-se que muitos Estados árabes podem perceber que estão preparados para se libertar da causa palestina, sobretudo quando os seus negócios comerciais estão em jogo. Isso ocorre porque o Acordo de Abraão representa um desenvolvimento econômico considerável para o Oriente Médio, além de avanços estratégicos para os países envolvidos.

As ameaças apresentadas pelas posições políticas adotadas pelo Irã foi um dos principais fatores, senão o mais importante, para a concretização dos Acordos de Israel com os países do Golfo. Isso ocorre porque a Republica Islâmica representa um elemento desestabilizador na ordem regional, sobretudo devido o seu apreço em fazer uso do Hezbollah na concretização de seus interesses. Por conseguinte, a presença de um inimigo comum na região do Oriente Médio é um motivador para o fortalecimento das alianças entre os países, bem como para um realinhamento estratégico entre eles.

Outro ponto que demanda atenção especial, como visto, é a motivação dos chefes de Estado envolvidos nas negociações dos Acordos de Abraão. Cálculos políticos feitos pelo Trump e o Netanyahu, principalmente, mostram que a expectativa em torno do sucesso dos acordos estava diretamente ligada a vitórias políticas tanto no âmbito doméstico quanto no nível externo.

Por fim, faz-se necessário ater-se a variável religiosa que obviamente está envolvida nas motivações das partes, nos discursos proferidos pelas autoridades e nas iniciativas propostas. O discurso que defende o pluralismo e o diálogo inter-religioso foi levado à mesa de negociação e, portanto, requer cuidado, uma vez que há representantes de diversas vertentes da religião islâmica.

REFERÊNCIAS

ARABIAN BUSSINES. **UAE, Israel, US unveil $3bn fund to promote economic cooperation**. Disponível em: https://www.arabianbusiness.com/politics-economics/453472-uae-israel-us-unveil-3bn-fund-to-promote-economic-cooperation Acesso em: 12 maio 2021.

COURTOIS, Allison Astorino. **The Abraham Accords and Iran's Unconventional Warfare Activities**. Disponível em: https://nsiteam.com/social/wp-content/uploads/2020/12/20.12.08-R2Q4_Effect-of-Abraham-Accord-on-Iran_-final-for-posting.pdf Acesso em: 12 maio 2021.

GLOBAL AFFAIRS. **The Abraham Accords and future prospects**. Disponível em: https://www.unav.edu/web/global-affairs/detalle/-/blogs/the-abraham-accords-and-future-prospects Acesso em: 12 maio 2021.

NORLEN, Tova; SINAI, Tamir. **The Abraham Accords** – Paradigm Shift or Realpolitik? Disponível em: https://www.marshallcenter.org/en/publications/security-insights/abraham-accords-paradigm-shift-or-realpolitik Acesso em: 12 maio 2021.

REHMAN, East Aziz Ur.Causes behind the Abraham Accord and its consequences for the Peace Process in the Middle. **The Middle East International Journal for Social Sciences,** v. 2, n. 2, jun. 2020.

THE ABRAHAM ACCORDS: Israel–Gulf Arab Normalisation. **Strategic Comments**, v. 26, nov. 2020.

THE TIMES OF ISRAEL. **Pompeo**: Normalization deals tell Iran its influence is waning, isolation growing. Disponível em: https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/pompeo-normalization-deals-tell-iran-its-influence-is-waning-isolation-growing/ Acesso em: 12 maio 2021.